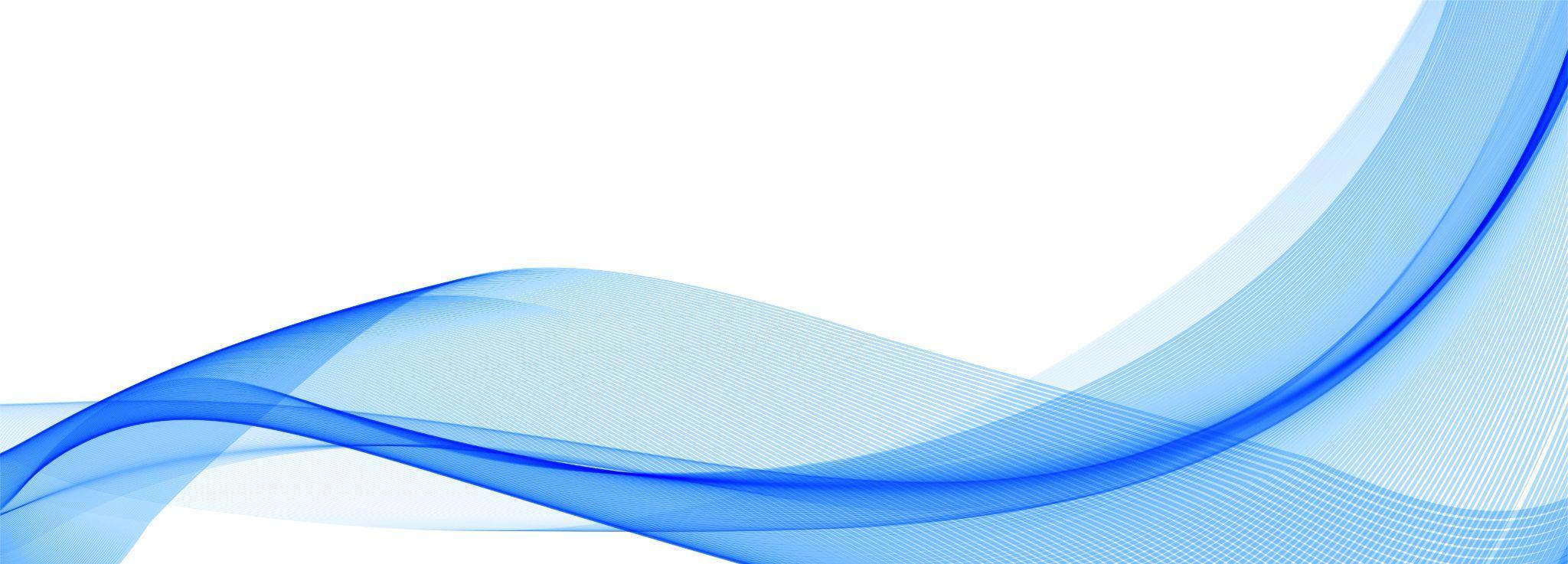
**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS**

Realização: Este projeto implementa os ODS da ONU:

 ****

**Como usar este documento?**

* **Quando usar?** Baseada em modelos elaborados pela [AGU](https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/procuradoria-geral-federal-1/subprocuradoria-federal-de-consultoria-juridica/camara-permanente-da-ciencia-tecnologia-e-inovacao-1/contrato-de-prestacao-de-servicos-tecnicos-especializados-em-pd-i) e por [ICTs Públicas estaduais](https://www.iac.sp.gov.br/areadoinstituto/nit/documentos.php), esta minuta de contrato é adequada aos casos em que a ICT pública é contratada para prestar serviços técnicos especializados a particulares em atividades voltadas à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo.
* **Acordo ou contrato?** Este contrato é frequentemente confundido, em seu objeto com o Acordo de Parceria para PD&I. Esta [Nota Técnica elaborada pelo FORTEC](https://fortec.org.br/wp-content/uploads/2023/01/NOTA-Tecnica-Servicos-Tecnicos-e-Parcerias-para-Pesquisa.pdf) é útil para estabelecer a distinção entre os ajustes previstos nos artigos 8º e 9º da Lei de Inovação, ressaltando o papel decisivo do NIT no exame do caso concreto.
* **Alterações**. A cooperação público-privada para inovação demanda flexibilidade. Por isso, você pode fazer alterações neste documento. Nesse caso, justifique as mudanças no processo e destaque as alterações em **negrito e sublinhado** para avaliação do seu órgão de consultoria e assessoramento jurídico.
* **Legendas.** Para facilitar a adaptação dos documentos a cada caso concreto, este toolkit contém observações de preenchimento [OBS], com orientações pontuais e boas práticas específicas, e [Exemplos de Aplicação], com trechos retirados de editais já publicados e outros documentos selecionados. Os modelos utilizam as seguintes referências e legendas:

[texto entre colchetes destacado em amarelo] – redação sugerida, que deve ser avaliada pelo órgão ou entidade responsável pelo preenchimento.

[texto entre colchetes destacado em verde] – itens aplicáveis especificamente ao Estado de São Paulo.

[texto entre colchetes destacado em violeta] – redação a ser modificada se não houver participação de Fundação de Apoio.

.................................... – espaço destinado ao preenchimento.

**TOOLKIT DO MARCO LEGAL DE CT&I**

**Coordenador**

RAFAEL CARVALHO DE FASSIO

**Equipe (v. 2023)**

ADRIANA RUIZ VICENTIN

ELIZA BASTOS SILVEIRA

VICTOR FIGUEIREDO PEREIRA

**Dúvidas, críticas e sugestões?**

Envie para [rfassio@sp.gov.br](mailto:rfassio@sp.gov.br)

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

**Procuradora Geral do Estado de São Paulo**

INÊS COIMBRA

**Subprocuradora-Geral do Estado da Consultoria**

ALESSANDRA OBARA SOARES DA SILVA

**Consultoria Jurídica das Secretarias de Desenvolvimento Econômico e de Ciência, Tecnologia e Inovação**

ADRIANA RUIZ VICENTIN

RAFAEL CARVALHO DE FASSIO

**Licença**

Este material pode ser citado, adaptado e transmitido por qualquer meio ou formato, desde que para fins não comerciais e com indicação de seus autores.



# CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ATIVIDADES VOLTADAS À INOVAÇÃO E À PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA NO AMBIENTE PRODUTIVO

**CONTRATO nº …./20…**

**PROCESSO nº …./20…**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS CELEBRADO ENTRE O [ESTADO DE SÃO PAULO], POR MEIO DO(A) .................................... E ...................................., [COM INTERVENIÊNCIA DE FUNDAÇÃO DE APOIO].

Pelo presente instrumento, as PARTES abaixo qualificadas:

.................................... [*indicar nome da instituição pública ou privada que contrata os serviços da ICT*], com sede no(a) ..................................................... [*endereço completo*], inscrito(a) no [CPF ou CNPJ] sob o nº ................................, neste ato representado(a) pelo(a) .........................[*inserir nome e cargo ocupado*], portador(a) da Carteira de Identidade nº ................., expedida pelo(a) .................., e CPF nº ........................., doravante denominado(a) CONTRATANTE;

e

.................................... [*indicar a denominação da ICT contratada*] por intermédio do(a) .................................... [i*ndicar o órgão diretamente responsável pela contratação*], com sede no(a) ..................................................... [*endereço completo*], inscrito(a) no CNPJ sob o nº ................................, neste ato representado(a) pelo(a) .........................[*inserir nome e cargo ocupado*], portador(a) da Carteira de Identidade nº ................., expedida pelo(a) .................., e CPF nº ........................., a seguir designado(a) como ICT ou CONTRATADA;

OBS: Em São Paulo, o artigo 5º, §2º, do Decreto Estadual nº 62.817/2017 exige que o pesquisador responsável assine o contrato, convênio ou instrumento congênere em conjunto com o dirigente máximo da ICT, figurando como anuente. Neste caso, use a redação seguinte:

[Como ANUENTE, o(a) pesquisador(a) ...................................., [pesquisador científico], portador(a) da Carteira de Identidade nº ................., expedida pelo(a) .................., e CPF nº ........................., a seguir denominado como “ANUENTE”].

[Na condição de INTERVENIENTE, ................................... [*indicar a denominação da Fundação de Apoio que assiste a ICT que prestará os serviços*], com sede no(a) ..................................................... [*endereço completo*], inscrito(a) no CNPJ sob o nº ................................, neste ato representado(a) pelo(a) .........................[*inserir nome e cargo ocupado*], portador(a) da Carteira de Identidade nº ................., expedida pelo(a) .................., e CPF nº ........................., doravante referido(a) simplesmente como “FUNDAÇÃO DE APOIO”;]

OBS: Caso haja outros contratantes envolvidos na prestação dos serviços técnicos especializados, inclua outros sujeitos no preâmbulo, assim como eventuais anuentes ou outros intervenientes.

CONSIDERANDO:

1. que a Lei nº 10.973/2004 (“Lei de Inovação”)[, regulamentada em São Paulo pelo Decreto Estadual nº 62.817/2017,] busca estimular parcerias entre entes públicos e privados, incentivando a interação entre Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs) com o setor produtivo para estimular o desenvolvimento de novos produtos, serviços e processos;
2. [que a Lei Complementar Estadual nº 1.049/2008 (“Lei Paulista de Inovação”) estabelece, em caráter suplementar às normas gerais da legislação federal, medidas para incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a cooperação público-privada, disciplinando a atuação das Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação do Estado de São Paulo (ICTs) e dos seus respectivos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs)];
3. que o artigo 8º da Lei nº 10.973/2004 faculta às ICT a possibilidade de prestar, às instituições públicas ou privadas, serviços técnicos especializados compatíveis com os objetivos da legislação vigente, nas atividades voltadas à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo;
4. [que o artigo 48, §2º do Decreto Estadual nº 62.817/2017 define como serviços técnicos especializados aqueles que “(...) envolvam a produção de criações e novas tecnologias, bem como os serviços instrumentais ou complementares ou instrumentais à tecnologia desenvolvida, tais como medição tecnológica, testes, certificações, pesquisas, estudos e projetos destinados à execução e exploração da inovação ou tecnologia e/ou atividades inerentes ao sistema produtivo”;]
5. [que a Procuradoria Geral do Estado, na Nota Técnica SubG-Cons nº 11/2020, consolidou interpretações e uniformizou entendimentos jurídicos sobre os instrumentos negociais previstos na Lei nº 10.973/2004, inclusive os contratos de prestação de serviços técnicos especializados por ICTs;]
6. [*indicar os objetivos institucionais da ICT*]
7. [*descrever a atuação profissional do CONTRATANTE, explicando resumidamente em que consiste a prestação de serviços técnicos especializados que busca obter com a ICT*]

| EXEMPLO DE APLICAÇÃO |
| --- |
| Exemplos retirados de um contrato de prestação de serviços técnicos-especializados celebrado pelo Instituto Agronômico de Campinas:  *“VI - O IAC é uma Instituição Científica e Tecnológica do Estado de São Paulo, que compõe a estrutura da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios – APTA, órgão da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, cujas atribuições estão previstas no Decreto do Estado de São Paulo no 66.417, de 31 de dezembro de 2021, pelas Portarias APTA 18 e 19, de 28 de janeiro de 2022, e pela Portaria IAC 25, de 10 de setembro de 2018 (Política de Inovação do IAC);*  *VII - A NOME DA EMPRESA é uma empresa privada, fundada em XX de Mês de XXXX, que tem como atividade econômica principal desempenhar atividades na gestão de redes de esgotos e, atualmente, é responsável pelo tratamento e destinação final de esgoto sanitário domiciliar do município de XXXXXX”* |

1. [a possibilidade de delegação às fundações de apoio, nos termos do parágrafo único do artigo 18 da Lei nº 10.973/2004, das atividades de captação, gestão e aplicação das receitas próprias das ICTs, com o propósito de alcançar objetivos institucionais de pesquisa, desenvolvimento e inovação, incluindo a carteira de projetos institucionais e a gestão da política de inovação da instituição apoiada;]
2. [que a .............................. [*indique o nome da fundação de apoio interveniente*] foi credenciada, nos termos dos artigos 11 a 18 do Decreto Estadual nº 62.817/2017, como FUNDAÇÃO DE APOIO da ICT por ato publicado no Diário Oficial do Estado de ........... [*indicar a data de publicação da Resolução de credenciamento*];]
3. [...]

OBS: Os *Consideranda* desempenham uma função importante para a interpretação futura do contrato, resumindo a intenção dos parceiros no momento da celebração, os objetivos esperados e o histórico que antecedeu a contratação. Use quantos itens forem necessários.

RESOLVEM celebrar o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS** (“Contrato”), com fundamento no artigo 8º da Lei nº 10.973/2004 [ e no artigo 48 do Decreto Estadual nº 62.817/2017], mediante as seguintes cláusulas e condições.

## CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Descrição. O presente Contrato tem como objeto a prestação de serviços técnicos especializados, pela ICT, tendo por objeto o(a) ...................................... [*descrever os serviços, que podem envolver “(...) a produção de criações e novas tecnologias, bem como os serviços complementares ou instrumentais à tecnologia desenvolvida, tais como medição tecnológica, testes, certificações, pesquisas, estudos e projetos destinados à execução e exploração da inovação ou tecnologia e/ou atividades inerentes ao sistema produtivo” (art. 48, §2º, Decreto Estadual nº 62.817/2017)*], em conformidade com o Termo de Referência (**Anexo I**).

## CLÁUSULA SEGUNDA – FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PELA ICT CONTRATADA

2.1. **Termo de Referência**. O Termo de Referência descreve os elementos necessários e suficientes para caracterizar os serviços técnicos especializados que constituem objeto deste Contrato, detalhando as obrigações das PARTES e estabelecendo os recursos humanos, materiais e financeiros necessários à completa prestação dos serviços técnicos especializados contratados perante a ICT.

2.2. **Execução**. Respeitadas as previsões contidas na legislação em vigor, a ICT executará para o CONTRATANTE as atividades voltadas à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo descritas no **Anexo I**.

2.2.1. Admite-se a subcontratação de profissionais, instituições e empresas de reconhecida competência para a execução de atividades técnicas específicas previstas no Termo de Referência, cabendo à ICT e/ou à FUNDAÇÃO DE APOIO a responsabilidade pela sua coordenação e execução nos termos previstos neste Contrato.

2.2.2. Os pesquisadores e membros da equipe de trabalho que participarem da execução das atividades inerentes à execução do objeto do Contrato não sofrerão qualquer alteração na sua vinculação trabalhista e/ou funcional com as respectivas entidades de origem, ficando, porém, sujeitos à observância das normas internas das PARTES em cujas instalações vierem a atuar.

2.3. **Pesquisador(a) responsável.** A responsabilidade pela coordenação técnica dos serviços técnicos especializados prestados à CONTRATANTE recairá sob o(a) pesquisador(a) indicado pela ICT [, no preâmbulo deste instrumento, como ANUENTE].

2.3.1. A substituição do(a) pesquisador(a) responsável exige comunicação prévia e por escrito da ICT, prescindindo da celebração de termo aditivo.

2.3.2. Caberá ao pesquisador responsável coordenar a execução das atividades deste instrumento, bem como dirimir questões técnicas que eventualmente surgirem durante a vigência do presente Contrato

[2.3.3. Cabe ao(à) pesquisador(a) responsável solicitar à FUNDAÇÃO DE APOIO, com prévia anuência da ICT, as aquisições de equipamentos, máquinas, ferramentas, materiais de laboratório, utensílios e materiais de consumo, bem como as contratações de serviços de terceiros, inclusive pessoal científico e de apoio, previstas no Termo de Referência e necessárias à consecução do objeto deste Contrato]

OBS: Atenção! O papel do pesquisador responsável não se confunde com aquele atribuído ao gestor do contrato (veja item 14.1, abaixo). Ao pesquisador responsável cabe a responsabilidade pela execução técnica do serviço contratado, ao passo que o gestor do contrato tem funções administrativas, de acompanhamento formal do contrato celebrado. Esta minuta sugere que o pesquisador responsável conste como anuente da celebração do contrato, à luz da regulamentação vigente em São Paulo, contudo cabe à ICT, em parceria com a contratante dos serviços, definir qual o modelo organizacional mais adequado a cada caso concreto.

2.4. **Incerteza científica**. A impossibilidade técnica ou científica de cumprimento de qualquer fase do Termo de Referência, desde que seja devidamente comprovada e justificada, mediante notificação por escrito da ICT à CONTRATANTE, acarretará a suspensão de suas respectivas atividades até que haja acordo entre as PARTES quanto à alteração, à adequação ou término do Termo de Referência e consequente extinção deste Contrato.

## CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÕES

3.1. **Vigência**. O presente Contrato terá vigência por ....... ([*prazo por extenso*]) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

3.2. **Prorrogações**. A vigência deste Contrato poderá ser prorrogada por meio da celebração de Termo Aditivo, mediante a apresentação de novo Termo de Referência, nos termos da legislação vigente.

OBS: Caso não haja fundação de apoio atuando como interveniente, exclua a Cláusula Quarta e renumere as seguintes.

## CLÁUSULA QUARTA – INTERVENIÊNCIA DA FUNDAÇÃO DE APOIO

4.1. **Interveniência.** A captação, a gestão e a aplicação de receitas próprias da ICT decorrentes deste Contrato serão delegadas à FUNDAÇÃO DE APOIO interveniente, devendo aplicá-las exclusivamente em objetivos institucionais de pesquisa, desenvolvimento e inovação, incluindo a carteira de projetos institucionais e a gestão da política de inovação.

4.2. **Contratações de serviços, obras e materiais.** A ICT poderá, por meio da interveniência da FUNDAÇÃO DE APOIO, contratar serviços técnicos especializados de pessoas físicas e/ou jurídicas, adquirir bens de consumo, materiais e equipamentos necessários à execução das atividades previstas neste Contrato.

4.2.1. Eventuais terceiros contratados pela FUNDAÇÃO DE APOIO obrigar-se-ão, por escrito, ao cumprimento de todas as disposições relativas à propriedade intelectual e aos deveres de confidencialidade e sigilo acerca do objeto deste Contrato.

4.2.2. O tomador dos serviços, bem como o responsável direto pela mão de obra contratada, será exclusivamente o representante designado pela FUNDAÇÃO DE APOIO.

4.2.3. À FUNDAÇÃO DE APOIO caberá a responsabilidade integral pelo pagamento das obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias decorrentes da mão de obra e da prestação de serviços por ela contratados, sem que se estabeleça qualquer vínculo administrativo, funcional ou hierárquico com as PARTES.

4.3. **Regulamento próprio de contratações.** Na execução dos ajustes que envolvam recursos provenientes do Poder Público, a FUNDAÇÃO DE APOIO adotará regulamento específico para aquisições e contratações de obras e serviços, disponível em seu sítio eletrônico, que garantam a observância dos princípios da impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência.

4.4. **Restrições à admissão de pessoal.**  A FUNDAÇÃO DE APOIO deve abster-se de contratar:

4.4.1. Pessoas físicas que sejam cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de ocupantes de cargos de direção superior das ICTs por elas apoiadas;

4.4.2. Pessoas jurídicas que tenham como proprietário, sócio ou cotista:

a) seu dirigente;

b) servidor das ICTs;

c) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de seu dirigente ou de servidor das ICTs por elas apoiadas;

4.4.3. Outras pessoas físicas e jurídicas cuja contratação, pela FUNDAÇÃO DE APOIO, possa configurar conflitos de interesse com a ICT apoiada.

4.5. **Transparência ativa.** Ressalvadas as informações classificadas como sigilosas e de segredo industrial, a FUNDAÇÃO DE APOIO deverá divulgar, na íntegra, em seu sítio eletrônico oficial:

a) os contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados pela FUNDAÇÃO DE APOIO com as ICTs apoiadas e agências oficiais de fomento (“Ajustes”);

b) os relatórios semestrais de execução dos Ajustes celebrados, indicando os valores executados, as atividades e os serviços realizados, discriminados por projeto, unidade acadêmica ou pesquisa beneficiária;

c) a relação dos pagamentos de qualquer natureza efetuados a servidores ou agentes públicos em decorrência dos Ajustes;

d) a relação dos pagamentos de qualquer natureza efetuados a pessoas físicas e jurídicas em decorrência dos Ajustes;

e) as prestações de contas dos Ajustes.

4.6. **Gestão contábil e financeira.** A movimentação dos recursos gerenciados pela FUNDAÇÃO DE APOIO será realizada exclusivamente por meio eletrônico, mediante crédito em conta corrente de titularidade de fornecedores e prestadores de serviços identificados, nos termos do artigo 16 do Decreto Estadual nº 62.817/2017.

4.6.1. Os recursos provenientes dos Ajustes deverão ser mantidos em contas específicas abertas para cada projeto, devendo a FUNDAÇÃO DE APOIO garantir o controle contábil dos recursos aportados e utilizados em cada Acordo.

4.6.2. A FUNDAÇÃO DE APOIO deverá franquear acesso aos órgãos de controle interno e agentes do Tribunal de Contas a processos, documentos e informações relacionadas a este instrumento.

## CLÁUSULA QUINTA – REMUNERAÇÃO E SUA FORMA DE PAGAMENTO

5.1. **Preço**. Pela execução dos serviços técnicos especializados, bem como para ressarcimento pela utilização da infraestrutura da ICT contratada, o CONTRATANTE transferirá à ICT [, por meio da FUNDAÇÃO DE APOIO,] a importância de R$ ...............( .......... reais) [*valor por extenso*], conforme o cronograma de pagamentos constante do **Anexo I**.

5.1.1. O valor do preço abrange todos os custos, tributos, impostos, taxas, contribuições, encargos, e despesas de qualquer natureza necessárias e/ou consequentes que incidam ou venham a incidir sobre as atividades e execução dos serviços prestados pela ICT.

5.1.2. Este Contrato [não envolve o emprego de recursos financeiros públicos e] será custeado integralmente com recursos próprios do CONTRATANTE[, que serão gerenciados pela FUNDAÇÃO DE APOIO em nome da ICT].

5.1.3. A ICT [e/ou a FUNDAÇÃO DE APOIO] não responderá[ão] pela suplementação de recursos para fazer frente a despesas decorrentes de quaisquer fatores externos ao seu controle, como flutuação cambial e alterações nos valores de materiais, equipamentos e insumos. Nessa hipótese, eventual ajuste do valor deste Contrato será formalizado por intermédio da celebração de Termo Aditivo entre as PARTES.

OBS: Em alguns setores, o pagamento do preço poderá ser realizado mediante entrega de bens, equipamentos e materiais cujo recebimento seja de interesse da ICT. A contraprestação, ainda que não financeira, deve ser economicamente mensurável (v., p.e., o art. 39, §3º do Decreto Estadual nº 62.817/2017). Nesse caso, adapte esta cláusula e preveja no Termo de Referência uma descrição detalhada dos itens a serem recebidos, especificando suas quantidades e valores.

5.2. **Forma de pagamento**. O pagamento será feito em [parcela única] ou ......................... [*número de parcelas*] parcela(s), [em conformidade com o Termo de Referência] ou [em conformidade com a tabela abaixo:]

| PARCELA | VALOR (R$) | DATA DE VENCIMENTO |
| --- | --- | --- |
| 1 | X.XXX,XX | XX/XX/XXXX |
| 2 | X.XXX,XX | XX/XX/XXXX |
| (...) |  |  |
| Total | X.XXX,XX |  |

5.2.1. [O preço será pago mediante boleto bancário ou depósito em conta específica, mantida pela FUNDAÇÃO DE APOIO, servindo o comprovante da operação bancária como recibo do pagamento realizado].

5.2.1.1. A falta de recebimento do boleto bancário não exime a CONTRATANTE da obrigação de efetuar os pagamentos nas datas aprazadas, nem poderá servir de justificativa para qualquer atraso.

5.2.1.2. Não havendo, por qualquer razão, o recebimento do boleto em até 02 (dois) dias úteis antecedentes à data de vencimento, deverá a CONTRATANTE solicitar a emissão de novo boleto, por escrito, à FUNDAÇÃO DE APOIO.

5.2.2. Os ganhos financeiros decorrentes da aplicação dos recursos pela FUNDAÇÃO DE APOIO serão revertidos integralmente à execução do objeto do Contrato].

5.2.3. Após a execução integral do objeto deste Contrato, eventuais bens, materiais permanentes e/ou equipamentos adquiridos em poder da FUNDAÇÃO DE APOIO, serão destinados à ICT, por meio de termo de doação, e incorporados ao seu patrimônio.

5.2.4. Os recursos financeiros empregados pela CONTRATANTE que não forem utilizados na contratação de serviços técnicos especializados de pessoas físicas e/ou jurídicas, aquisição de bens de consumo, materiais e equipamentos, a critério da ICT, poderão ser:

1. destinados à ação congênere, nos termos de instrumento jurídico próprio a ser firmado entre as PARTES;
2. aplicados pela FUNDAÇÃO DE APOIO, a pedido da ICT, em projetos institucionais de pesquisa, desenvolvimento e inovação; ou
3. revertidos ao Fundo Especial de Despesa da ICT.

5.2.5. [O pesquisador público poderá ser remunerado pela prestação de serviços técnicos especializados em razão de vínculo jurídico direto e específico mantido com a FUNDAÇÃO DE APOIO, nos termos previstos no Termo de Referência. Neste caso, a ICT à qual o pesquisador público estiver vinculado deverá ser comunicada previamente para avaliar a compatibilidade do desempenho da atividade com seu regime legal de trabalho, com os estatutos, os regulamentos e a política de inovação da instituição].

OBS: O pagamento da remuneração devida ao pesquisador pela Fundação de Apoio em contratos de serviços técnicos especializados não se confunde com as “bolsas de estímulo à inovação” em Acordos de Parceria para PD&I, a qual “(...) não caracteriza contraprestação de serviços” (art. 9º, §4º, Lei nº 10.973/2004). É importante que o tema seja regulamentado pela Política de Inovação de cada ICT, estabelecendo critérios e hipóteses de pagamento.

5.3. **Multa moratória**. Na impontualidade no pagamento de qualquer parcela, a ICT terá o direito de exigir juros de mora de [1% (um por cento) ao mês], além do pagamento de [multa moratória de 2% (dois por cento)]. Esses encargos incidirão sobre os valores das obrigações em atraso, corrigidos monetariamente pelo [IGP-M/ FGV] até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Contrato.

5.4. **Inadimplemento absoluto decorrente de atraso no pagamento**. Em caso de atraso no pagamento de qualquer parcela, a CONTRATANTE será notificada e, constituída em mora, terá [15 (quinze) dias] para realizar o pagamento. Caso se mantenha inerte, fica facultado à ICT considerar, independentemente de qualquer outra notificação ou aviso, rescindido o presente Contrato.

5.5. [**Despesas administrativas e operacionais**. Do valor total pago pelo CONTRATANTE, a FUNDAÇÃO DE APOIO poderá reter [15% (quinze por cento)] para a cobertura das despesas operacionais e administrativas necessárias à execução do Contrato. Os gastos indivisíveis, usuais e necessários à consecução do objeto, respeitado o limite fixado neste item, poderão ser lançados à conta de despesa administrativa.]

OBS: Atenção! Em São Paulo, o artigo 35 do Decreto Estadual nº 62.817/2017 limita a cobertura de despesas operacionais e administrativas ao percentual de 15%. Contudo, percentuais menores podem vir a ser previstos nos instrumentos jurídicos celebrados entre as ICT e as Fundações de Apoio. Neste caso, ajuste o percentual indicado ao limite máximo negociado entre a Fundação de Apoio e a ICT apoiada.

## CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

6.1. **Obrigações e responsabilidades.** Sem prejuízo de outras obrigações e responsabilidades decorrentes do presente Contrato, do Termo de Referência e da legislação aplicável, caberá:

OBS: inclua, no rol de obrigações da ICT, do CONTRATANTE e da Fundação de Apoio todos os aspectos relevantes para a execução do contrato de prestação de serviços técnicos especializados.

6.1.1. À **ICT**:

1. Envidar os melhores esforços para executar os serviços técnicos especializados de acordo com as especificações, os elementos técnicos e as etapas previstas no Termo de Referência, a partir dos recursos que efetivamente forem repassados pelo CONTRATANTE;
2. Designar, sob a coordenação do pesquisador responsável, equipe de profissionais tecnicamente capacitados na área de desenvolvimento do objeto para a execução das atividades;
3. Cumprir as obrigações decorrentes da legislação aplicável, tais como as normas ambientais e de segurança;
4. Permitir, mediante remuneração, a utilização de seus equipamentos, laboratórios e demais dependências, objetos e serviços que se fizerem necessários para a execução do Contrato;
5. Prestar, sempre que solicitada, quaisquer informações ou esclarecimentos a respeito das atividades objeto deste instrumento.

6.1.2. Ao **CONTRATANTE**:

* 1. Cumprir rigorosamente, no tempo e modo previstos neste Contrato, as suas obrigações de pagamento perante a ICT;
  2. [Transferir os recursos financeiros acordados diretamente à FUNDAÇÃO DE APOIO, segundo o cronograma físico-financeiro constante no Termo de Referência e nos prazos avençados;]
  3. Disponibilizar os dados e informações necessários à execução dos serviços técnicos especializados previstos neste instrumento, bem como eventuais insumos e materiais cujo fornecimento, segundo o Termo de Referência, sejam de sua responsabilidade;
  4. Responder pelas despesas relativas a obrigações e encargos trabalhistas, seguro de acidentes, contribuições previdenciárias, tributos e quaisquer outras referentes a seus empregados, isentando a ICT [e a FUNDAÇÃO DE APOIO] de eventual responsabilidade solidária ou subsidiária em razão de sua inadimplência;
  5. Arcar com todos os tributos eventualmente devidos, em decorrência da execução, direta ou indireta, do objeto contratual;
  6. Reembolsar as despesas de deslocamento dos técnicos da ICT para assessoramento e/ou acompanhamento dos serviços que constituem objeto do presente Contrato, desde que previamente aprovados pela CONTRATANTE, em conformidade com o Termo de Referência;

OBS: em estudos clínicos na área da saúde, além da apresentação dos documentos necessários à realização de pesquisas com seres humanos (cf. a Lista de Verificação elaborada pela PGE), é comum a exigência de contratação de seguro para a realização dos testes.

6.1.3. À **FUNDAÇÃO DE APOIO**:

1. Efetuar a gestão administrativa e financeira do presente Contrato, prestando apoio à ICT nas atividades necessárias ao cumprimento do objeto do contrato;
2. Receber e manter em conta específica os recursos financeiros repassados pelo CONTRATANTE, aplicando-os exclusivamente no seu objeto;
3. Realizar aplicação financeira de baixo risco com os recursos recebidos, enquanto não forem utilizados, cujos rendimentos necessariamente serão revertidos ao objeto da contratação.
4. Realizar as contratações de bens, obras ou serviços necessários ao desenvolvimento do objeto, em conformidade com os recursos disponibilizados pelo CONTRATANTE;
5. Manter registros contábeis, fiscais e financeiros completos e fidedignos relativamente à aplicação dos pagamentos recebidos, prestando à ICT e ao CONTRATANTE informações sempre que solicitada;
6. Manter arquivados e apresentar quando exigidos por quem de direito, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos após o encerramento do Contrato, os documentos que caracterizem a identificação do seu objeto com os fins e objetivos da ICT;
7. Prestar contas à ICT em até 60 (sessenta) dias após a conclusão das atividades, mediante apresentação de relatório detalhando a gestão dos recursos recebidos pelo CONTRATANTE. A quitação fica sujeita à aprovação, por parte da ICT, da prestação de contas final apresentada pela FUNDAÇÃO DE APOIO;
8. Responder pelas despesas relativas a obrigações e encargos trabalhistas, seguro de acidentes, contribuições previdenciárias, tributos e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, isentando a ICT ou o CONTRATANTE de eventual responsabilidade solidária ou subsidiária em razão de sua inadimplência;
9. Proceder às anotações e registros pertinentes a todos os empregados que atuarem a seu serviço, assumindo exclusivamente todas as responsabilidades advindas de eventuais demandas judiciais que versarem sobre pleitos trabalhistas e/ou previdenciários propostos por empregados ou terceiros que alegarem vínculo com a ICT ou com o CONTRATANTE;
10. Observar as mesmas obrigações de confidencialidade, sigilo, proteção de dados pessoais, tutela da propriedade intelectual e respeito ao Marco Legal Anticorrupção previstas neste Contrato para as PARTES.

6.2. **Ausência de vínculos**. As PARTES se responsabilizam individualmente pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias derivadas da relação existente entre si e seus empregados, servidores, administradores, prepostos e/ou contratados que colaborarem na execução do objeto deste Contrato. Por isso, não se estabelecerá, em hipótese alguma, vínculo empregatício ou de outra natureza entre eles, cabendo a cada qual a responsabilidade pela coordenação e pelo pagamento das verbas devidas ao seu pessoal, bem como o dever de administrar e manter arquivada toda a documentação comprobatória da regularidade da sua contratação.

6.3. **Responsabilidade socioambiental.** As PARTES serão responsáveis por cumprir a legislação ambiental e de biodiversidade vigente durante a execução do objeto deste Contrato, abstendo-se também de usar quaisquer formas de trabalho escravo ou humanamente degradante.

6.4. **Caso fortuito e força maior.** As PARTES não serão responsabilizadas pelo descumprimento de suas obrigações contratuais decorrente de caso fortuito ou de força maior, nos termos do art. 393, parágrafo único, do Código Civil.

## CLÁUSULA SÉTIMA – CONFIDENCIALIDADE E SIGILO

7.1. **Informações confidenciais.** "Informações Confidenciais" referem-se a todas as informações, dados, documentos, materiais técnicos ou comerciais, segredos comerciais, know-how, planos, especificações, métodos, fórmulas, processos, invenções, descobertas, propostas, estratégias, documentos técnicos, financeiros ou quaisquer outras informações divulgadas entre as PARTES, seja de forma escrita, verbal, eletrônica ou em qualquer outro formato, que, devido à sua natureza ou ao seu contexto, sejam reconhecidas como confidenciais.

7.1.1 As Informações Confidenciais não precisam ser novas, únicas, passíveis de proteção por direitos de propriedade intelectual ou constituir segredo industrial para serem protegidas neste Contrato.

7.1.2. As Informações Confidenciais devem ser identificadas no próprio documento ou mediante notificação escrita para a outra PARTE sobre a natureza confidencial das informações.

7.2. **Exceções.** As obrigações de confidencialidade não se aplicarão às informações que:

1. devam ser divulgadas em cumprimento a uma obrigação legal ou em virtude de procedimento judicial ou administrativo, inclusive pelo Ministério Público, pelos Tribunais de Contas e outros órgãos de controle interno e externo. Neste caso, a PARTE deverá comunicar imediatamente as demais sobre a requisição antes de fornecer a resposta;
2. já sejam de conhecimento público no momento da divulgação ou se tornam de conhecimento público posteriormente, sem violação deste Contrato;
3. se tornem públicas por órgãos de proteção à propriedade intelectual, no Brasil ou no exterior;
4. sejam obtidas legalmente de terceiros sem restrições de sigilo e confidencialidade;
5. a PARTE tenha o dever de revelar em virtude da Lei nº 12.527/2011 (“Lei de Acesso à Informação”); ou
6. sejam desenvolvidas de forma independente pela PARTE sem o uso das Informações Confidenciais.

7.3. **Dever de sigilo.** As PARTES deverão utilizar as Informações Confidenciais somente para o propósito específico estabelecido neste Contrato, evitando a divulgação não autorizada das Informações Confidenciais.

7.3.1. Cada PARTE concorda em manter em sigilo todas as Informações Confidenciais e não divulgar, copiar, reproduzir ou utilizar tais Informações Confidenciais sem consentimento prévio e por escrito dos demais.

7.3.2. As PARTES concordam em limitar o acesso às Informações Confidenciais apenas aos funcionários, colaboradores, prestadores de serviços, subcontratados e terceiros que precisem conhecer tais informações para a execução deste Contrato. Essas pessoas devem ser informadas pela PARTE sobre a natureza confidencial das informações e estarão sujeitas a obrigações de confidencialidade equivalentes às estabelecidas neste Contrato.

7.4. **Segurança da informação.** As PARTES obrigam-se a observar as melhores práticas de segurança da informação, assumindo total responsabilidade no caso de acesso não autorizado a seus sistemas e bancos de dados.

7.5. **Violações.** Cada PARTE notificará imediatamente as demais ao tomar conhecimento de qualquer violação ou divulgação não autorizada de Informações Confidenciais, atuando para prevenir, cessar ou reduzir quaisquer danos decorrentes de tais eventos.

7.6. **Destruição.** As PARTES poderão solicitar às demais que eliminem permanentemente toda Informação Confidencial que não seja mais necessária ao cumprimento deste Contrato, incluindo suas cópias, fixando, se for o caso, um prazo para a adoção destas medidas.

7.7. **Responsabilidade**. A PARTE que, por culpa ou dolo, violar as obrigações de confidencialidade previstas neste Contrato assumirá a responsabilidade pela reparação dos danos sofridos pelo lesado.

7.8. **Segredo industrial.** O uso ou a revelação não autorizada de informações protegidas por segredo industrial pode configurar concorrência desleal e os tipos penais descritos no artigo 195, incisos XI e XII da Lei nº 9.279/1996 (“Lei de Propriedade Industrial”).

## CLÁUSULA OITAVA – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

8.1. **Coleta e tratamento.** Sempre que tiverem acesso ou realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais, as PARTES comprometem-se a envidar todos os esforços para resguardar e proteger a intimidade, vida privada, honra e imagem dos respectivos titulares, observando as normas e políticas internas relacionadas à coleta, guarda, tratamento, transmissão e eliminação de dados pessoais, especialmente as previstas na Lei nº 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais”) e demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

8.1.1. Caso o objeto envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular, as PARTES deverão observar, ao longo de toda a vigência do Contrato, todas as obrigações legais e regulamentares específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento.

8.1.2. Ao receber o requerimento de um titular de dados, na forma prevista nos artigos 16 e 18 da Lei nº 13.709/2018, as PARTES devem:

1. notificar imediatamente a ICT;
2. auxiliar a Parte que recebeu a solicitação, quando for o caso, na elaboração da resposta ao requerimento do titular; e
3. eliminar todos os dados pessoais tratados com base no consentimento em até [30 (trinta) dias corridos], contados a partir do requerimento do titular;

8.2. **Necessidade.** Eventuais dados pessoais coletados em virtude deste Contrato serão armazenados apenas pelo período necessário ao cumprimento da finalidade para a qual foram originalmente coletados e em conformidade com as hipóteses legais que autorizam o seu tratamento. As PARTES devem assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado apenas aos empregados, prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados que necessitem acessá-los para cumprimento do objeto deste Contrato, assegurando que essas pessoas estejam sujeitas a obrigações de sigilo e confidencialidade.

8.3. **Incidentes de segurança**. As PARTES deverão adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

8.3.1. Qualquer das PARTES deverá notificar as demais imediatamente sobre a ocorrência de incidentes de segurança relacionados a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que as PARTES cumpram quaisquer deveres de comunicação, dirigidos à Autoridade Nacional de Proteção de Dados e/ou aos titulares dos dados, acerca do incidente de segurança.

8.3.2. As PARTES deverão adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação e na mitigação das consequências de cada incidente de segurança.

8.4. **Transferência internacional.** É vedada a transferência de dados pessoais para fora do território do Brasil sem o prévio consentimento, por escrito, da ICT. Caso a transferência seja necessária, o CONTRATANTE deverá demonstrar à ICT o atendimento dos requisitos previstos no artigo 33 da Lei nº 13.709/2018, assumindo a responsabilidade pelo cumprimento da legislação de proteção de dados do país de destino, quando aplicável.

8.5. **Responsabilidade**. A parte infratora responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados à parte inocente ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei nº 13.709/2018 e outras normas legais ou regulamentares relacionadas a este Contrato.

8.5.1. Eventual subcontratação, mesmo quando autorizada, não exime a parte infratora das obrigações decorrentes deste Contrato, permanecendo integralmente responsável perante as demais mesmo na hipótese de descumprimento por preposto ou subcontratado.

8.5.2. As PARTES deverão colocar à disposição das demais, quando solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nesta Cláusula, permitindo a realização de auditorias e inspeções com relação ao tratamento de dados pessoais.

8.5.3. O CONTRATANTE deve auxiliar a ICT na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei nº 13.709/2018, relativo ao objeto deste Contrato.

8.6. **Eliminação**. Mediante solicitação por escrito, a parte que tiver tido acesso a dados pessoais concorda em devolver ou destruir todos os dados pessoais recebidos, juntamente com suas cópias, a menos que seja acordado de outra forma por escrito entre as PARTES.

## CLÁUSULA NONA – PROPRIEDADE INTELECTUAL

OBS: As cláusulas sobre Propriedade Intelectual devem refletir o disposto na Política de Inovação da ICT, a qual estabelece as regras, possibilidades, percentuais e formas de gerir a propriedade intelectual no âmbito da Instituição. Adapte as cláusulas a seguir em conformidade com a Política de Inovação em vigor.

9.1. **Informações, tecnologias e direitos independentes.** Todas as informações, tecnologias e direitos empregadas pelas PARTES para subsidiar a prestação dos serviços técnicos especializados continuarão a pertencer ao detentor original. Caso haja interesse no uso de informações, tecnologias e direitos para propósito diverso do cumprimento do objeto deste Contrato, a PARTE interessada deverá obter a anuência prévia do respectivo titular, sujeitando-se a eventual cessão ou licenciamento.

9.2. **Propriedade intelectual.** As PARTES reconhecem que os serviços técnicos especializados que constituem objeto deste Contrato não possuem, por si, resultados passíveis de proteção por direitos de propriedade intelectual.

9.2.1. Caso ocorra a geração de alguma criação, invenção, aperfeiçoamento ou inovação em decorrência deste Contrato, as PARTES deverão celebrar instrumento jurídico próprio sobre os termos, condições e obrigações com relação à proteção, manutenção, uso e exploração da propriedade intelectual.

9.2.2. O instrumento jurídico específico deverá garantir a participação dos pesquisadores nos ganhos econômicos auferidos pela ICT, observados os critérios estabelecidos em sua Política de Inovação e a participação efetiva de cada um no trabalho que resultou na criação explorada.

9.2.3. [A FUNDAÇÃO DE APOIO não terá direitos sobre os resultados obtidos, passíveis ou não de proteção legal].

9.3. **Resultados.** A propriedade dos resultados decorrentes da realização das atividades previstas no Termo de Referência será da CONTRATANTE, ficando desde já garantido à ICT autorização para utilizá-los para fins institucionais e de pesquisa, bem como autorização para a publicação em revistas científicas, congressos técnico-científicos, boletins, dentre outros, respeitadas as informações sigilosas e segredo industrial.

9.4. **Uso de marcas.** As PARTES concordam em não utilizar quaisquer nomes, marcas, registradas ou não, logotipos, símbolos ou outras designações e sinais distintivos pertencentes ao outro sem obter prévia e formal autorização do respectivo titular, sob pena de responder civilmente pelo uso indevido de seu nome e imagem.

## CLÁUSULA DÉCIMA – INADIMPLEMENTO E SANÇÕES

10.1. **Inadimplemento total**. Pela inexecução total das obrigações contratuais, caberá para qualquer uma das PARTES multa de [10% (dez por cento) do valor global] do Contrato, sem prejuízo de eventual indenização por perdas e danos.

10.2. **Inadimplemento parcial.** Pela inexecução parcial, caberá a qualquer das PARTES o pagamento de multa de [2% (dois por cento) por infração] às obrigações previstas neste instrumento. [Em caso de inexecução contratual pela FUNDAÇÃO DE APOIO, a multa de [2% (dois por cento)] recairá sobre o valor a ser pago a título de ressarcimento pelos custos operacionais.]

OBS: Ajuste os percentuais de sanções ao objeto dos serviços técnicos-especializados e ao contexto das negociações entre a ICT e o contratante.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

11.1. **Alterações objetivas.** Este Contrato poderá ser alterado a qualquer tempo, de comum acordo, mediante prévia justificativa por escrito, sendo a alteração formalizada por meio de Termo Aditivo.

11.1.1. A proposta de alteração, devidamente justificada, deverá ser apresentada por escrito pelo interessado, dentro da vigência do instrumento, para negociação de seus termos e condições pelas PARTES.

11.1.2. O Termo de Referência (**Anexo I**) somente poderá ser modificado, reformulado ou revisto para alteração de atividades, etapas, indicadores ou metas mediante a prévia celebração de Termo Aditivo.

11.1.3. É nula a alteração determinada por ordem verbal, ainda que proveniente da autoridade competente para autorizar a celebração do Termo Aditivo correspondente.

11.2. **Alterações subjetivas.** A fusão, cisão ou incorporação do CONTRATANTE não implicará óbice para a execução deste Contrato se a pessoa jurídica resultante da operação societária, cumulativamente:

11.2.1. mantiver os demais termos e condições do Contrato, do Termo de Referência e demais anexos;

11.2.2. não gerar prejuízos à execução do objeto pactuado; e

11.2.3. contar com a anuência expressa da ICT para dar continuidade à execução dos serviços técnicos especializados.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – EXTINÇÃO DO CONTRATO

12.1. **Modalidades**. O presente Contrato será extinto pelo cumprimento do seu objeto, por distrato, por rescisão ou pelo decurso do prazo de vigência sem prorrogação.

12.2. **Distrato**. Este Contrato poderá ser extinto por mútuo acordo entre as PARTES. Nessa hipótese, será feita pela ICT a medição de todos os serviços por ela executados e não pagos, para fins de liquidação do débito final do CONTRATANTE, o qual deverá ser pago à vista.

12.3. **Rescisão**. Constituem motivos para rescisão, sujeita a perdas e danos, o inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas neste Contrato, o descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente ou a superveniência de norma legal ou fato que torne material ou formalmente inexequível este Contrato, inclusive:

a) circunstâncias que prejudiquem substancialmente a capacidade de uma das PARTES de cumprir as obrigações derivadas do presente Contrato;

b) se qualquer das PARTES, sem anuência expressa e por escrito da outra, subcontratar ou transferir a terceiros os direitos e obrigações derivadas do presente Contrato;

c) se a CONTRATANTE deixar de pagar os valores devidos nas datas aprazadas ou, sob qualquer pretexto, realizar retenção dos mesmos;

d) se a ICT, sem motivo justificável, não cumprir as obrigações constantes deste Contrato, primordialmente os prazos e serviços especificados no Termo de Referência;

e) se qualquer das PARTES abandonar ou paralisar, total ou parcialmente, a execução das obrigações contidas neste Contrato;

f) em caso de falência, insolvência, recuperação judicial ou extrajudicial do CONTRATANTE;

12.4. **Procedimento**. A parte interessada em promover a rescisão deste Contrato deverá notificar a outra, por escrito, para que apresente esclarecimentos no prazo de [15 (quinze) dias corridos].

12.4.1. Prestados os esclarecimentos, as PARTES poderão decidir pela manutenção ou pela revisão do Contrato, mediante aditivo.

12.4.2. Decorrido o prazo para esclarecimentos, caso não haja resposta ou mantida a discordância, o Contrato será rescindido de pleno direito, independentemente de novas notificações ou interpelações, judiciais ou extrajudiciais.

12.5. **Multa rescisória**. A parte que deu causa à rescisão do Contrato responderá por uma multa, sem caráter compensatório, de [15% (quinze por cento) do valor total] deste Contrato, que sofrerá incidência de juros de [1% (um por cento) ao mês] e correção monetária pelo [IGP-M/ FGV] até o efetivo pagamento, sem prejuízo de perdas e danos.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CONFORMIDADE COM O MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO

13.1. **Marco legal Anticorrupção**. As PARTES declaram conhecer as normas de prevenção a atos de corrupção e lavagem de dinheiro previstas na legislação brasileira (“Marco Legal Anticorrupção”), dentre elas o Decreto-Lei nº 2848/1940 (“Código Penal Brasileiro”), a Lei no 8.429/1992 (“Lei de Improbidade Administrativa”) e a Lei no 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção") e, se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, prepostos, administradores, empregados e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados.

13.2. **Vedações**. As PARTES não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste ajuste.

13.3. **Conformidade.** A CONTRATANTE declara e garante que:

1. não se encontra, direta ou indiretamente, assim como seus representantes, administradores, diretores, conselheiros, sócios ou acionistas, assessores, consultores sob investigação, em processo judicial e/ou administrativo, relativamente a violação do Marco Legal Anticorrupção, nem está sujeita a restrições ou sanções econômicas impostas por qualquer entidade governamental;
2. não sofreu nenhuma investigação, inquérito ou processo administrativo ou judicial relacionados ao descumprimento do Marco Legal Anticorrupção ou de lavagem de dinheiro nos últimos 5 (cinco) anos;
3. não irá ofertar, prometer, pagar ou autorizar pagamentos em dinheiro nem dar presentes, ou quaisquer outros objetos de valor, a representantes de entidades públicas ou privadas, com o objetivo de beneficiar-se ilicitamente;
4. não irá receber, transferir, manter, usar ou ocultar recursos que decorram de atividades ilícitas, abstendo-se de manter relacionamento profissional com pessoas físicas ou jurídicas investigadas e/ou condenadas por atos previstos no Marco Legal Anticorrupção, bem como por lavagem de dinheiro, tráfico de drogas ou terrorismo;
5. seus atuais dirigentes, representantes, empregados e colaboradores não são agentes públicos e que informará por escrito a ICT, no prazo de [3 (três) dias úteis], sobre eventuais nomeações de seus quadros para cargos, empregos e/ou funções públicas.

13.4. **Dever de informar.** A CONTRATANTE deverá comunicar prontamente a ICT, por escrito, sobre qualquer suspeita de violação ou descumprimento do Marco Legal Anticorrupção e/ou das obrigações previstas nesta Cláusula.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. **Representantes técnicos.** Os representantes técnicos serão responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização das obrigações previstas neste Contrato e no Termo de Referência.

14.1.1. Ficam designados:

a) Pela ICT: .........................[*inserir nome e cargo ocupado*], disponível pelo telefone .................. [*número de telefone*] e endereço eletrônico.................. [e-*mail*];

OBS: Como dito acima (v. item 2.3), o representante técnico da ICT tem atribuições de gestor do contrato, ligadas ao acompanhamento formal da relação contratual, ao passo que o pesquisador responsável possui atribuições ligadas diretamente ao cumprimento do objeto e à coordenação da equipe incumbida da prestação de serviços técnicos especializados.

b) Pelo CONTRATANTE: .........................[*inserir nome e cargo ocupado*], disponível pelo telefone .................. [*número de telefone*] e endereço eletrônico.................. [e-*mail*];

[c) Pela FUNDAÇÃO DE APOIO: .........................[*inserir nome e cargo ocupado*], disponível pelo telefone .................. [*número de telefone*] e endereço eletrônico.................. [e-*mail*];]

14.1.2. Os representantes técnicos podem ser alterados mediante comunicação escrita, com antecedência mínima de [15 (quinze) dias corridos], prescindindo de alteração formal deste Contrato.

14.1.3. O representante técnico da ICT anotará, em registro próprio, as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, recomendando as medidas necessárias à autoridade competente para a regularização das inconsistências observadas. O acompanhamento dos representantes técnicos não exclui nem reduz a responsabilidade das PARTES perante o si e/ou terceiros.

14.1.4. Situações capazes de afetar sensivelmente as atividades previstas no Termo de Referência devem ser comunicadas formalmente pelos representantes técnicos à ICT e ao setor correspondente do CONTRATANTE, aos quais compete avaliar e tomar as providências cabíveis para a manutenção do Contrato.

14.2. **Assinatura**. O presente instrumento e eventuais Termos Aditivos poderão ser celebrados digitalmente por meio de certificação digital, emitida em conformidade com a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), reputando-se plenamente firmados pelas PARTES após a aposição da última assinatura.

14.3. **Omissões**. Os casos omissos serão regidos pelas disposições contidas na Lei nº 10.973/2004, no Decreto-Lei nº 4.657/1942 (“Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro”) e demais normas aplicáveis, e, supletivamente, segundo os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado.

14.4. **Interpretação**. Na hipótese de conflito entre alguma disposição deste Contrato e a legislação vigente e aplicável, ou caso qualquer de suas disposições seja judicialmente declarada inválida, tal disposição em conflito ou a invalidação judicial da disposição deverá ser interpretada de forma a refletir, o mais próximo possível, a intenção original das PARTES, consoante a lei aplicável, sendo que as demais disposições do presente instrumento deverão permanecer em plena eficácia, delas decorrendo todos os efeitos.

14.4.1. Se quaisquer das PARTES permitir, por omissão ou mera liberalidade, a inobservância ou não cumprimento de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas no presente Contrato, este fato não constituirá novação, não implicando, portanto, em renúncia ao direito de exigir o cumprimento das disposições aqui contidas ou de requerer futuramente a execução completa das obrigações estabelecidas neste instrumento, bem como de pleitear perdas e danos.

14.4.2. Em caso de conflito entre os termos e condições pactuados neste Contrato e o teor dos seus Anexos, prevalecerão os termos e condições do presente instrumento.

14.5. **Ultratividade**. A rescisão ou a expiração da vigência deste Contrato não afeta a responsabilidade das PARTES no que diz respeito ao sigilo de informações confidenciais, proteção de dados pessoais, titularidade de propriedade intelectual e divulgação dos resultados.

14.6. **Cessão e transferência.** Nenhuma das PARTES poderá ceder ou de outra forma transferir seus direitos, obrigações e responsabilidades sob este Contrato sem o prévio consentimento escrito do outro. Qualquer tentativa de cessão ou transferência em descumprimento a esta cláusula será considerada nula e sem efeito, podendo a parte inocente rescindir a contratação por justo motivo, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

14.7. **Comunicações**. Qualquer comunicação ou notificação relacionada a este Contrato poderá ser realizada por escrito, mediante e-mail, correio ou entregue pessoalmente, no endereço informado no preâmbulo deste instrumento.

14.7.1. A comunicação ou notificação será considerada entregue no momento do recebimento ou, se recebida em dia não útil, no dia útil imediatamente seguinte.

14.7.2. Se enviada por e-mail ou mensagem eletrônica, será considerada entregue quando confirmado o recebimento pelo destinatário, ou, após transcorridos 5 (cinco) dias úteis, o que ocorrer primeiro. Na hipótese de transcurso do prazo sem confirmação, será enviada cópia por correio, considerando-se, todavia, a notificação devidamente realizada.

14.7.3. Qualquer das PARTES poderá, mediante simples comunicação por escrito, alterar o endereço para o qual comunicações ou solicitações deverão ser enviadas.

14.8. **Anexos**. Fazem parte integrante e indissociável deste Contrato os seguintes anexos:

1. Anexo I – Termo de Referência;
2. Anexo [...]

OBS. Caso necessário, inclua outros anexos neste rol.

14.9. **Foro**. As PARTES comprometem-se a observar a boa-fé e a envidar os seus melhores esforços para resolver amigavelmente qualquer demanda, controvérsia ou disputa relativa a este instrumento. Caso uma solução amigável não seja atingida, fica eleito o foro da comarca da [Capital do Estado de São Paulo, por uma de suas varas da Fazenda Pública], para dirimir quaisquer dúvidas ou omissões que possam resultar deste Contrato ou decorrer da sua execução.

E, por estarem justas e contratadas, as PARTES [, a FUNDAÇÃO DE APOIO] [e o(s) PESQUISADOR(ES) RESPONSÁVEL(IS)] assinam o presente Contrato em .... (......) vias [indique o *número de vias*] de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo identificadas.

[*Local, dia, mês e ano*]

| ...........................................  ICT | ...........................................  CONTRATANTE |
| --- | --- |

INTERVENIENTE:

...........................................

FUNDAÇÃO DE APOIO

ANUENTE:

...........................................

PESQUISADOR RESPONSÁVEL

TESTEMUNHAS:

| ...........................................  ([*nome, RG e CPF*]) | ...........................................  ([*nome, RG e CPF*]) |
| --- | --- |

**ANEXO I**

# TERMO DE REFERÊNCIA

# 

OBS: Este documento, elaborado originalmente pela FUNDEPAG – Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa do Agronegócio e utilizado por diversas ICTs públicas do Estado de São Paulo, foi adaptado pela PGE para servir de modelo de Termo de Referência para o contrato de prestação de serviços técnicos especializados.

1. **OBJETO**

| [*indique o objeto da prestação de serviços técnicos especializados a serem prestados pela ICT ao contratante, descrevendo de forma sucinta os resultados esperados e as atividades a realizar*] |
| --- |

1. **DADOS DO CONTRATANTE**

| Razão social |  | CNPJ | | | | | | | | | | | | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  | / |  |  |  |  | - |  |  |

| Endereço *(logradouro; nº; complemento)* |  | Bairro |
| --- | --- | --- |
|  |  |  |

| Município |  | UF | |  | IE (*se houver*) | | | | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  | - |  |  |  |

| Responsável Legal |  | CPF | | | | | | | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  | - |  |  |

OBS: estes campos partem da premissa que o contratante dos serviços técnicos especializados possui natureza empresarial, o que corresponde ao cenário mais frequente nas ICTs. Adapte as informações necessárias em conformidade com o caso concreto.

1. **JUSTIFICATIVAS**

| [*Demonstrar a relevância do problema abordado, quando pertinente resumir o estado da arte relativo ao tema do projeto, evidenciando como os resultados previstos justificam sua execução*] |
| --- |

1. **FORMA DE EXECUÇÃO**

| *[Descrever quais os procedimentos e/ou quais os métodos serão utilizados para a execução do serviço]* |
| --- |

1. **DIREITOS PRÉ-EXISTENTES RELACIONADOS AO PROJETO**

| *[Se pertinente, descrever se existe algum direito de propriedade intelectual pré-existente que seja relacionado ao objeto da prestação de serviços técnicos especializados]* |
| --- |

1. **METAS E INDICADORES**

| *[Listar quais são as metas principais que se pretende atingir com o projeto. Lembre-se que as metas devem ser específicas, mensuráveis, passíveis de serem atingidas, realistas e devem ser fundamentadas dentro de um período de tempo. Exemplos:*   1. *Desenvolvimento de tratamentos .....................................* 2. *Estudo aprofundado .....................................* 3. *Caracterização .....................................]* |
| --- |

Tabela: Metas do projeto.

| Metas | Indicador de execução |
| --- | --- |
|  |  |
|  |  |

1. **GERENCIAMENTO DE RISCOS**

| *[Listar quais são os principais riscos específicos dos serviços técnicos especializados. Sugere-se preencher os campos “Probabilidade” e “Impacto” com algum desses termos: a) Desprezível; b) Baixo; c) Moderado; d) Alto; e) Muito alto]* |
| --- |

Tabela: Gestão de riscos.

| Descrição do Risco | Probabilidade de Ocorrência | Impacto | Ação para controle |
| --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |

1. **CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PELA ICT**

| *[Apresentar previsão de início e fim das etapas ou fases de execução apresentadas acima. A tabela abaixo é apenas um exemplo]* |
| --- |

Tabela : Cronograma de execução das etapas ou fases de execução

| ETAPAS OU FASES DE EXECUÇÃO | | RESPONSÁVEL | ANO | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 2° SEMESTRE | | JUL | AGO | SET | OUT | NOV | DEZ |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  | | RESPONSÁVEL | ANO | | | | | |
| 1° SEMESTRE | | JAN | FEV | MAR | ABR | MAI | JUN |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  | | RESPONSÁVEL | ANO | | | | | |
| 2° SEMESTRE | | JUL | AGO | SET | OUT | NOV | DEZ |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |

1. **LOCAIS DE REALIZAÇÃO, EQUIPE TÉCNICA E COORDENAÇÃO**

| [O projeto será realizado no laboratório .............., situado no Prédio .............., Xº andar. O coordenador do projeto será ............... Participarão do projeto os colaboradores apresentados na tabela a seguir] |
| --- |

Tabela: Recursos humanos participantes do projeto.

| Nome | Local | Função/Atividade no Projeto |
| --- | --- | --- |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |

1. **CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS**

| *[A tabela seguinte apresenta o cronograma de pagamentos a serem realizados pelo contratante]* |
| --- |

Tabela: Cronograma de pagamentos devidos à ICT

| Descrição | Valores por mês / bimestre / semestre / ano – R$ | | | | | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| TOTAL - EQUIPAMENTOS |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| TOTAL - MATERIAL CONSUMO |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| TOTAL - RECURSOS HUMANOS |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| TOTAL: |  | | | | | | | | | |

1. **PROJETO(S) ASSOCIADOS(S)**

| *[Esse tópico deve descrever, quando houver, projetos de pesquisa a cargo da ICT ou da contratante que tenham alguma relação com a prestação de serviços descrita neste Termo de Referência]* |
| --- |